



APLICAÇÃO DA LEI PENAL

8ª edição: Revista, atualizada e ampliada

DAVI ANDRÉ COSTA SILVA



Nessa obra, abordaremos a aplicação da lei penal, relativamente ao **tempo do crime, lugar do crime, pessoas do crime, disposições penais finais e conflito aparente de normas**. Trata-se de tema de alta incidência em concursos públicos o que, por si só, recomenda redobrada atenção.

“

”

Sumário

Capítulo I - Tempo do crime	04
1. Definição do tempo (momento) do crime	04
1.1 Consequências penais da adoção da Teoria da Atividade	04
2. Extra-atividade	05
3. Sucessão de leis penais no tempo – conflitos e soluções	05
3.1 “Lex GRAVIOR”	05
3.2 “Lex MITIOR”	06
4. Aplicação de lei penal benéfica intermediária - Lex intermedia	06
5. Combinação de leis penais (construção de lei híbrida - <i>Lex tertia</i>)	07
6. Leis intermitentes - temporárias e excepcionais	07
7. A questão da retroatividade das leis penais em branco	07
8. Aplicação da lei penal nos crimes permanentes, continuados e habituais	08
Capítulo II - Lugar do crime	09
1. Teorias que explicam o lugar do crime	09
1.1 Local do crime x foro competente – distinção	09
2. Princípios [regras ou critérios] de aplicação da lei penal no espaço	09
2.1 Princípio da territorialidade	09
2.2 Princípio da extraterritorialidade	10
2.1.1 Subprincípios aplicáveis à extraterritorialidade	10
2.1.2 Legislação especial	10
Capítulo III - Pessoas do crime	12
Seção I - Imunidades diplomáticas	12
1. Fundamento	12
2. Convenções de Viena	12
3. Beneficiários das imunidades	12
4. Classificação das imunidades	12
5. Renunciabilidade	13
Seção II - Imunidades parlamentares	13
1. Da irrenunciabilidade das imunidades parlamentares	13
2. Imunidade material, penal, absoluta, real, substantiva ou inviolabilidade	13
Seção III - Imunidade Advocatícia	14
1. Fundamento	14
2. Regulamentação	14
Capítulo IV - Disposições penais finais	15
Seção I - Pena cumprida no estrangeiro	15
1. <i>Ne bis in idem</i>	15
2. Sentença estrangeira	15
Seção II - Prazo penal	16
1. Forma de contagem – características	16
2. Frações que não se computam na pena	16
Capítulo V - Conflito aparente de normas	17
1. Esclarecimento inicial	17
2. Configuração do conflito aparente de normas	17
3. Elementos do conflito aparente de normas	17
4. Princípios aplicáveis ao conflito aparente	17
4.1 Especialidade	17
4.2 Subsidiariedade	17
4.3 Consunção ou absorção	17
4.4 Alternatividade	18
Obras consultadas e/ou citadas	19